

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

LUIZ CEZAR ISIDORO BARRETO FILHO

**LÍNGUA, IDENTIDADE E CULTURA: UMA ANÁLISE DAS IDENTIDADES
CULTURAIS PORTUGUESA E BRASILEIRA EM TEXTOS JORNALÍSTICOS**

**SÃO PAULO
2020**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

LUIZ CEZAR ISIDORO BARRETO FILHO

LÍNGUA, IDENTIDADE E CULTURA: UMA ANÁLISE DAS IDENTIDADES
CULTURAIS PORTUGUESA E BRASILEIRA EM TEXTOS JORNALÍSTICOS

Projeto de Monografia apresentado à
disciplina Metodologia do Trabalho
Científico, do Curso de
Especialização em Língua
Portuguesa, da Cogea-PUCSP.

Orientadora: Profa. Dra. Neusa Maria
Oliveira Barbosa Bastos

SÃO PAULO
2020

RESUMO

Analisar as línguas, as identidades e as culturas portuguesa e brasileira em textos jornalísticos opinativos suscita, dentre tantas dúvidas, a pergunta: quais recursos linguísticos caracterizam esses textos e determinam as identidades e as culturas dessas nações? Quando compreendemos que o processo de identificação do outro e de nós mesmos é o que nos faz pertencer à nossa identidade, à nossa cultura, ao nosso país, entendemos que é pela relação criada entre esses aspectos que se torna possível conceber o mundo e as mais diversas visões que as mais variadas culturais possuem dele. Dessa forma, os recursos que denotam a visão do mundo de um povo nos textos opinativos vão desde as escolhas das estruturas gramáticas, em que as preferências de cada cultura por determinadas estruturas se evidenciam, passando pela escolha do léxico específico, que traz palavras ou expressões idiomáticas com as quais cada povo se identifica, até chegarmos na construção de sentido, em que cada ato discursivo reflete a concepção do mundo, construindo assim a própria identidade e a identidade do outro. Nesse contexto, a mídia opera como máquina reguladora de informações, utilizando-se da linguagem e dos processos comunicacionais na construção da realidade, nas concepções de mundo e nas transformações sociais.

Palavras-chave: língua; cultura; identidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
2.1 CULTURA.....	7
2.2 IDENTIDADE	10
2.3 MÍDIA.....	16
3 ESCOPO E ANÁLISE	19
3.1 PORTUGAL, BRASIL E A LUSOFONIA.....	19
3.2 ESCOPO	22
3.2.1 texto I	22
3.2.2 texto II	24
3.3 ANÁLISE.....	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

Inserida no âmbito dos estudos culturais em diálogo com os estudos de mídia, esta pesquisa tem como base o estudo das línguas, das identidades e das culturas portuguesa e brasileira em textos jornalísticos opinativos.

Para falar sobre as questões culturais e linguísticas é fundamental levar em consideração as relações históricas estabelecidas no período da expansão marítima e das grandes navegações. Nações que tiveram na colonização exploratória o seu início carregam o estigma de ex-colônias. Ainda que independentes politicamente, os laços históricos parecem perpetuar uma relação de dependência histórico-cultural entre o país colonizador e o colonizado, inclusive, no que se refere à questão linguística. Tal fato justifica e dá relevância a nossa pesquisa, uma vez que buscamos aclarar e evidenciar as diferentes línguas, identidades e culturas existentes entre Portugal e Brasil.

A cultura de um povo é manifestada por meio das mais diversas práticas e representações. Dessa forma, a língua é também um dos elementos que a constituem, e possibilita-nos criar conceitos identitários de uma nação e a forma como ela constrói e interpreta a realidade. Assim, a identidade de um povo é, dentre outras formas, refletida não só na maneira como a língua é praticada socialmente, mas também na maneira como ela é reconhecida.

Existem exemplos de países, como é o caso do Brasil, cuja forma como nos referimos ao idioma não faz referência clara ao país em que é falado, mas ao país colonizador. Isso denota uma visão de dependência cultural em que se perpetua o conceito colonialista, pois mesmo após anos, essas nações que foram colonizadas são ainda associadas às terminologias dos países que as colonizaram.

Dessa forma, nosso estudo concebe que a língua é um dos grandes expoentes da cultura e da identidade de um povo, pois é por meio dela também que uma nação se identifica, representa-se e é representada, constrói-se e constrói visões e o próprio mundo.

Como um dos fatores responsáveis por tal construção está a mídia, que se utiliza da língua para criar e manifestar visões de mundo por intermédio dos textos jornalísticos. Logo, a produção midiática jornalística apresenta mais do que informações ou fatos, apresenta traços culturais e identitários. Dessa relação entre língua, cultura e mídia surge a questão: quais recursos linguísticos caracterizam os textos opinativos e determinam as identidades portuguesa e brasileira?

Como objetivos, o trabalho visa:

1. analisar a língua, a identidade e a cultura portuguesa e brasileira em textos jornalísticos opinativos;
2. verificar, em um jornal português e um brasileiro, marcas linguísticas de veiculação de cultura e identidade;
3. identificar no léxico, nas expressões linguísticas e nas construções textuais diferenças culturais entre Portugal e Brasil nos textos jornalísticos selecionados.

A metodologia utilizada na pesquisa é bibliográfica, pois por meio do levantamento de informações em materiais publicados e relacionados ao tema, constrói-se uma análise sobre aspectos, como: cultura e identidade no âmbito dos textos jornalísticos opinativos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho se insere no âmbito dos estudos culturais em diálogo com os estudos de mídia, conforme Charaudeau (2018) para tratar da língua portuguesa escrita em Portugal e no Brasil.

Conceituar cultura e identidade são essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que partimos da ideia de que a língua é um expoente cultural-identitário de uma nação. Para isso, tomaremos como base os autores Stuart Hall (2019), Laraia (2018) e Silva (2014).

2.1 CULTURA

Para início, é importante entendermos que o ser humano não possui características biológicas que determinem a forma de ver o mundo ou de se relacionar com ele. Dessa maneira “a natureza dos homens é a mesma, são os seus hábitos que os mantêm separados” (Confúcio, apud LARAIA, 2018, p. 10), ou seja, não se nasce com valores culturais, sociais e identitários pré-estabelecidos, uma vez que cada povo constrói e carrega consigo hábitos e costumes que o identifica e com os quais se identifica.

O conceito de cultura não está restrito, tampouco resolvido com a ideia de hábitos e costumes. Tal definição gera muitos debates, e como afirma Laraia (2018, p. 63) “[o conceito de cultura é uma] discussão que não terminou – continua ainda – e provavelmente nunca terminará, pois, uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana [...]”.

Em sua obra, Laraia apresenta o conceito de cultura de perspectivas de correntes distintas da antropologia. Nosso trabalho não tem como objetivo determinar ou

delimitar a concepção de cultura, porém, em nossa pesquisa, percebemos que, apesar de distintos, os conceitos trazem aspectos em comum, e são neles que nos basearemos. Para isso nos apoiaremos nas palavras de David Schneider “Cultura é um sistema de símbolos e significados. Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento.” (apud LARAIA, 2018, p.63) e W. Goodenought “cultura é um sistema de conhecimento: ‘consiste em tudo aquilo que alguém tem que conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade” (apud LARAIA, 2018, p.61)

Vale ressaltar aqui dois pontos importantes sobre cultura: como se dá a transmissão cultural e a relação que ela possui com a linguagem.

Na antropologia, o conceito que está atrelado à transmissão/empréstimo de padrões culturais de um dado sistema a outro é chamado de difusão, evidenciando que traços culturais não são sempre criados pelo povo que os tem, uma criação autóctona (criado no mesmo lugar em que se manifesta) , mas sim que vêm de outras culturas mais antigas, ou até mesmo, contemporâneas. Laraia (2018, p. 105) completa: “os antropólogos estão convencidos de que, sem a difusão, não seria possível o grande desenvolvimento atual da humanidade.”

Dessa perspectiva, podemos conceber cultura como sendo também um “processo de acumulação” (LARAIA, 2018, p.52) em que os traços culturais são transmitidos aos demais num interminável e sempre novo processo de transmissão e acumulação. Quando mencionamos o termo novo, pensamos na ideia de que cada indivíduo observa e analisa a realidade, trazendo suas vivências e experiências para o grupo em que vive, de forma a beneficiá-lo, com novos conceitos, novos hábitos, novos costumes. O acúmulo se refere a essa capacidade de sempre somar, inserir novos padrões dentro do conceito cultural de uma sociedade. É nesse momento que a linguagem e a cultura se entrelaçam, pois

assim sendo, a comunicação é um processo cultural. Mais explicitamente, a linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral. (LARAIA, 2018, p.52)

A linguagem é peça fundamental na cultura tanto como um traço pertencente a esse âmbito quanto como o meio pelo qual tradições culturais são acumuladas e transmitidas.

Entender do que falamos quando nos referimos ao termo cultura é fundamental para compreender sua conexão com a maneira que cada civilização enxerga os fatos que ocorrem no cotidiano. Cada cultura é diferente, cada cultura tem sua forma de olhar e se relacionar com a realidade e, conforme dito em Silva (2014, p.45) “cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo.”

A cultura parte da premissa da construção de significados, isso é, confere à cada povo hábitos, costumes e regras que geram nos componentes desse grupo “um consenso sobre como as coisas se classificam a fim de manter alguma ordem social” (SILVA, 2014, p. 45).

Os costumes, sejam como regras sociais, sejam como hábitos, não se solidificam e chegam ao status de cultura de um povo de maneira simples ou rápida. Quando analisamos a construção de um pensamento, leis ou visão de mundo, devemos lembrar-nos de que ainda que vista como um bloco homogêneo, uma sociedade é, de fato, uma construção totalmente heterogênea e mutável, e é no âmbito individual que ela começa.

No momento em que pensamos as relações individuais, dentro de um grupo, temos um conjunto de ideias de todos os indivíduos que pré-estabelecem limites e padrões no agir, ações que podem ser feitas ou que não devem ser feitas, isso sempre na relação que o indivíduo estabelece com os demais. O contato com o outro faz de uma atitude um costume aceito e seguido por todos, ou não. Uma determinada postura será aceita (e se tornará um traço cultural) ou não aceita (não se tornará um traço cultural) se os outros componentes do grupo também a fizerem ou não a fizerem, pois, essa determinada postura adquire força, porque a consonância de um dos indivíduos faz com que o outros também concordem.

Isso se confirma na fala de Mary Douglas

“[...] a cultura, no sentido de valores públicos, padronizados, de uma comunidade, serve de intermediação para a experiência do indivíduo. Ela fornece, antecipadamente, algumas categorias básicas, um

padrão positivo, pelo qual as ideias e os valores são higienicamente ordenados. E, sobretudo, ela tem autoridade, uma vez que cada um é induzido a concordar por causa da concordância dos outros.” (apud SILVA, 2014, p.45)

Dessa forma, para nosso trabalho, cultura é um sistema de símbolos construídos, acumulados e transmitidos aos participantes de um grupo. Dentro desses símbolos estão: hábitos, costumes, crenças, línguas e regras que são difundidos por meio da linguagem e solidificados por intermédio da indução e da concordância massiva dos componentes desse grupo.

2.2 IDENTIDADE

Nesse cenário de “sistema de símbolos e significados” e “conhecimento e crenças” está inserido o ser humano, que se relaciona à cultura, não só, mas principalmente, por meio de um processo de assimilação e aprendizado, como mencionado anteriormente.

Surge, nesse contexto homem e cultura, um novo termo: identidade, assunto amplamente estudado e debatido na atualidade.

Bem como cultura, o conceito de identidade é também bastante amplo e traz discussões nas mais diversas áreas. Uma vez mais, o intuito do nosso trabalho não é definir o que é identidade, mas sim estabelecer, por meio das pesquisas realizadas, um conceito a ser seguido.

Ao conceituarmos identidade, a primeira divisão que devemos fazer para a proposta do trabalho é: a identidade individual, que será apresentada, mas pouco abordada aqui, e a identidade nacional, que será a base para o desenvolvimento da análise.

Tendo isso posto, identidade é a construção que o indivíduo faz de si ou de outrem, relacionando suas compreensões e entendimentos com aquilo que, ao ver daquele indivíduo, possui significado. É dizer: a construção da identidade é fruto da relação

subjetiva do sujeito (interior) com os produtos significativos do mundo (exterior). É quando, por exemplo, o sujeito confronta um traço identitário, como a nacionalidade, com as demais nacionalidades existentes no mundo e constitui uma categorização própria ou de outrem. Rutherford (apud SILVA, 2014, p. 19) define "[...] a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação"

Hall, em sua conceituação de identidade, apresenta três concepções distintas, as quais ele chama de: "a) sujeito do iluminismo; b) sujeito sociológico; c) sujeito pós-moderno" (2018, p.10) e as define como

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo "centro" consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou "idêntico" a ele – ao longo da existência do indivíduo.[...]

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com "outras pessoas importantes para ele", que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava [...]

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] (2018, p.11)

As concepções apresentadas pelo autor reforçam a fala de que há "crise de identidade" e de que ela gerou instabilidade e transformações nas estruturas e conceitos sociais. Tais mudanças implicam uma nova forma de conceber identidade que, anteriormente, era tida como fixa e imutável, porém, atualmente, é vista como fragmentada, transitória e mutável, pois

o sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em direções diferentes, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2018, p. 12)

Silva (2019, p.50) apresenta o conceito de identidade que vê no caminho feito pelas dicotomias saussureanas a construção de significado. Ao dizer “sou brasileiro, sou negro, sou homossexual”, mais do que construir a um conceito de identidade afirmativa, o sujeito está se definindo como não pertencente a diversas outras nacionalidade, ou seja, a identidade está pautada também na diferença, no não ser determinada coisa, no não possuir determinada característica, no não pertencer a determinado grupo.

Como afirmar Hall

Ao analisar como as identidades são construídas, sugeri que elas são formadas relativamente a outras identidades, relativamente ao 'forasteiro' ou ao 'outro', isto é, relativamente ao que não é. Essa construção aparece, mais comumente, sob a forma de oposição binária. A teoria linguística saussureana sustenta que as oposições binárias – a forma mais extrema de marcar a diferença – são essenciais para a produção de significado (apud SILVA, 2014, p.50)

Dessa forma, a relação entre identidade e diferença se acentua, sendo ambos termos indispensáveis para a construção de ambos, pois só é possível entender o que é uma identidade, quando num contexto de diferenças, consegue-se a resposta para o que não é aquela identidade; e só é possível compreender a diferença, quando num contexto de comparação de identidades, enxergam-se as identidades diferentes. Não há como conceber identidade se analisarmos o conceito por ele mesmo, porque ele não possui valor, pois só é possível atribuir-lhe valor quando o comparamos com outros conceitos de identidades diferentes.

Dizer que 'ela é chinesa' significa dizer que 'ela não é argentina', 'ela não é japonesa' etc., incluindo a afirmação de que 'ela não é brasileira', isto é, que ela não é o que eu sou. As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim, como identidade

depende da diferença, e a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis. (SILVA, 2014, p. 75)

Com base nessa ideia é que Silva remota ao pensamento de Saussure no que se refere à relação entre signo, significado e significante. Ferdinand defende que os signos são compostos por dois elementos (significado e significante) e só é possível definir o que é um signo se o comparamos com outros signos, pois o significado por si só não tem valor absoluto, tampouco o significante o tem.

O signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces, que pode ser pela figura (conceito / imagem acústica). Esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro. Quer busquemos o sentido da palavra latina *arbor*, quer a palavra com a qual o latim designa o conceito 'árvore', está claro que somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem conformes com a realidade, e abandonamos toda e qualquer outra que se possa imaginar. (SAUSSURE, 2012, p. 106-107)

No que tange à identidade nacional, pode ser conceituada como: criações de representações da identidade de um povo por meio de determinação de símbolos, língua, formas de agir e pensar, compondo o que o Hall (2018, p. 30) chama de "identidade nacional unificada". Como podemos observar, a definição que Hall utiliza para o termo identidade nacional unificada se assemelha muito ao conceito de cultura utilizado neste trabalho. Essa semelhança não é coincidência, mas sim uma constatação de que a cultura de um povo e todos os seus traços culturais constroem a identidade nacional desse povo, fazendo com que ele seja reconhecido / assimilado pelas características que o define.

Embora carregue consigo as características do subjetivismo e da independência, essa criação (identidade nacional) é reflexo da necessidade humana de pertencimento a um grupo, a uma sociedade, nesse caso, a ideia do pertencimento a uma nação.

Assim, é comum pensarmos que determinados hábitos e costumes configuram e estabelecem marcas da cultura e a identidade de um povo. Quando dizemos, por exemplo, que chá das cinco é um traço marcante da cultura inglesa, que o brasileiro tem como característica o "jeitinho brasileiro", ou seja, a capacidade de resolver alguma situação complicada de forma pouco convencional, até mesmo, criativa; ou

que os chineses têm hábitos alimentares estranhos, pois comem carne de cachorro, dentre tantos outros exemplos, na tentativa de determinar e associar hábitos e costumes, estamos, na verdade, construindo símbolos, representações de uma nação pautada em um conceito imutável ou intransferível de identidade nacional (cultura). Isso se deve ao fato de a busca pela unidade, por meio dos símbolos, construir o a ideia de nação, pois como afirma Schawrz: “uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu ‘poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade.’” (apud HALL, 2018, p.30)

A construção da identidade nacional perpassa pela história e pela imaginação. Silva (2014) e Hall (2018) citam Benedict Anderson e a sua ideia de “comunidades imaginadas”. Tal conceito fala da relação de pertencimento a comunidade (nação) em que os indivíduos dessa nação não se conhecerão, ou terão qualquer tipo de contato, entretanto todos serão regidos e unidos por um mesmo sentimento de pertencimento, por um mesmo sentimento de nacionalidade.

Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada [...] Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais se conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (ANDERSON, p.32)

Nesse quadro, não só esse sentimento de nacionalidade é importante para tal construção, uma vez que essa noção é abstrata, entretanto se faz necessária a criação de símbolos, como bandeiras, brasões e hinos, ou seja, representações concretas desse pertencimento. É aqui também que a língua desempenha papel fundamental. Basta nos lembrarmos de que a imposição da língua do povo dominante foi estratégia utilizada em muitos dos processos de fundação das sociedades modernas. (SILVA, 2014, p.85) Como exemplo atual, podemos apontar o caso da Espanha, que formada pelas mais diversas origens e povos, tem na língua espanhola (obrigatória e língua oficial em todo território espanhol, ainda que conviva com as línguas de cultura, como: vasco, galego e catalão) essa estratégia para reforçar o sentimento de unidade. Como diz Hall

a formação de uma cultura nacional contribui para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional” (2018, p. 30)

Outro aspecto que se junta aos já mencionados na unificação de um povo é a questão histórica, seu descobrimento, conquista, lutas e glórias. Esse aspecto é apresentado em Silva e chamado de “mitos fundadores”.

Um mito fundador remete a algum momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heroico, épico, monumental, em geral iniciado ou executado por alguma figura ‘providencial’, inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional. Pouco importa se os fatos assim narrados são ‘verdadeiros’ ou não; o que importa é que a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional a liga sentimental que lhe garante certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia. (2014, p. 85)

Vemos que ao estabelecer o conceito de identidade nacional vários fatores devem ser levados em consideração. Hall aponta que mesmo com todos esses aspectos sendo analisados um outro fator, para além da “lealdade, união e identificação simbólica”, é fundamental: “o poder cultural” (HALL, 2018, p. 35)

Ao pensarmos no conceito de nação, é costume o analisarmos como sendo uma unidade, um bloco uniforme, quando, na verdade, os vários indivíduos que a compõem são singulares, únicos. As próprias nações são consequências de misturas de povos, de culturas, logo, tratá-las dessa perspectiva é, nas palavras de Hall, um mito. E complementa: “[...] as nações modernas são, todas, híbridas.” (2018, p. 36)

Dessa forma, cultura e identidade se entrelaçam e se tornam responsáveis pela forma de ser e estar de cada indivíduo no mundo, pois é na e da conexão entre os dois conceitos que o ser humano assimila e aprende os aspectos culturais, construindo assim sua identidade. “O modo de ver o mundo as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura” (LARAIA, 2018, p. 68)

Estruturados nos posicionamentos apresentados e com base na importância que identidade e cultura possuem na construção de uma nação, a língua aparece como grande pilar e representante de um povo (inclui-se no conceito de povo as ideias de identidade e cultura), ademais de instrumento de veiculação de toda a informação de uma nação e, por conseguinte, da visão de mundo que ela possui, pois, segundo Ruth Benedict: “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas.” (apud LARAIA, 2018, p.67)

2.3 MÍDIA

Nesse contexto, a mídia surge como “uma instância de poder” que não impõe regras, dogmas ou sanções ao público, e que se apresenta como crítica às outras instâncias que tentam determinar e estabelecer padrões a serem seguidos. (CHARAUDEAU, 2018, p. 17-18)

Todavia isso não tira o poder das mídias, uma vez que elas ocupam a posição de suporte organizacional da informação e da comunicação, detendo assim todo o poder da informação, utilizando-se da língua/linguagem “não para transmitir o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público” (CHARAUDEAU, 2018, p. 19).

Ademais se tornam importantes meios para criar, moldar e transformar as identidades e as culturas, gerando padrões e novas necessidades, que produzem novos hábitos e costumes. Dessas novidades, idealizam-se as relações entre sujeito e a identidades disponíveis, é dizer, "a mídia nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular - o adolescente 'esperto', o trabalhador em ascensão ou a mãe sensível". (SILVA, 2014, p.18)

Bombardeados diariamente por informações dos mais variados tipos e dos mais variados assuntos, numa relação em que as identidades são mutáveis, a linguagem

aparece aqui em posição de destaque, pois o ato de transmitir informações é dependente da linguagem. Como diria Charaudeau “se existe um fenômeno humano e social que dependa precipuamente da linguagem, é o da informação.” (2018, p. 33)

Vale ressaltar que linguagem aqui não é concebida apenas como um “sistema de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias e de comunicação particulares.” Linguagem aqui é vista e tratada como “a maneira pela qual se organiza a circulação da informação da fala numa comunidade ao produzir sentido” (CHARAUDEAU, 2018, p. 33-34)

Dentro de cada cultura, como dito anteriormente, os fatos ganham dinâmicas e interpretações distintas. Cada informação veiculada, cada notícia transmitida, cada produto vendido numa peça publicitária não é comunicado aleatoriamente, pois tudo está atrelado ao como determinados assuntos são tratados dentro de uma nação, ao fato de saber quais são os produtos que vendem e quais são as estratégias utilizadas. “Comunicar, informar, tudo é escolha.” e complementa

Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolhas de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas” (CHARAUDEAU, 2018, p. 39)

Nesse âmbito, o discurso e a identidade se fundem, pois o discurso será construído com base nas circunstâncias do momento da fala e nas identidades dos participantes. A intenções variam de acordo com quem participa do processo comunicativo, a forma de comunicar muda de acordo com os participantes do processo comunicativo, ou seja, essa correlação entre identidades molda todo o discurso a fim de que se construa um discurso que cause no receptor aquilo a que Charaudeau vai chamar de “efeito de verdade”.

Essa busca pelo efeito de verdade, ou melhor, pela credibilidade, pelo direito de poder falar - para Charaudeau a busca não é pela verdade em si, mas sim pelo “direito à palavra”, pela busca da credibilidade – (2018, p. 49) , até mesmo a escolha das palavras em uma fala é determinante para se alcançar o efeito de sentido esperado com a mensagem, transmitidos implicitamente.

[...] como conclusão de uma reportagem sobre o conflito na ex-Iugoslávia: “e tudo isso aconteceu a duas horas de avião de Paris?” É o que haveria de mais objetivo, mas transparente e explícito, pois remete a um conhecimento verificável. Entretanto, esse enunciado, aparentemente tão neutro, mobiliza universos de crenças suscetíveis de produzir uma interpretação como: “a guerra está à nossa porta”, “a ameaça é eminente”, “isso concerne a todos nós”. (CHARAUDEAU, 2018, p. 49)

Por serem conceitos de extrema importância e amplamente discutidos, as concepções de cultura e identidade chegam ao campo dos estudos de mídia impressa e se juntam à língua/linguagem na missão de verificar, identificar e analisar, no artigo de opinião, a informação e sua veiculação, além de marcas linguísticas que evidenciem a cultura e a identidade de um povo, uma vez que para Charaudeau “[a informação] é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão de mundo, um sentido particular do mundo.” (2018, p.19)

3 ESCOPO E ANÁLISE

3.1 PORTUGAL, BRASIL E A LUSOFONIA

As relações entre Portugal e Brasil são históricas e fundamentais para o conceito de sociedade que vivemos hoje. Os dois países trazem, desde muito tempo, afinidades culturais e rusgas que se sustentam por mais de séculos. Um exemplo disso: a língua.

Criado em 1996, porém entrando em vigor apenas no ano de 2009, o acordo ortográfico da língua portuguesa reavivou uma discussão de extrema importância para a nossa pesquisa: “falamos todos a língua portuguesa?”.

A resposta feita à pergunta anteriormente dependerá da concepção adotada para o conceito de língua e o que faz de duas línguas a mesma ou não. Como dito no decorrer do trabalho, adotamos uma concepção de língua a que não é possível desligá-la da cultura e identidade de um povo, logo, qualquer mudança na estrutura social acarreta mudanças à língua, pois o uso fundamenta a norma.

José Saramago, grande escritor português, posicionou-se, em 2008, sobre essa questão, quando sabatinado pelo jornal Folha de S. Paulo

Parece que querem transformar o português em um húngaro que ninguém fala. Não sei o que temos a ganhar com isso, mas sei que temos muito a perder.

O português de Angola e de Moçambique são muito diferentes do que é falado em Portugal ou mesmo aqui no Brasil, é claro. Obrigar esses países a perderem suas características não pode ser bom”, comentou Saramago. Quanto mais se complica, a língua se torna mais rica, com mais palavras. O idioma é um corpo em constante movimento. (BRAMBILLA, 2008)

A posição de Saramago corrobora para o conceito de língua como expoente cultural de um povo, uma vez que, uma transformação na língua que não seja fruto das mudanças e escolhas da nação que a usa como canal comunicativo é configurada

como não natural. Tal ideia se confirma também, quando ele diz: “Em português de Portugal, se escreve 'acto', mas fala-se 'ato'. É claro que essa letra 'c' não se pronuncia, mas quando falam em tirar esse 'c', eu me sinto tão mal, é uma sensação tão ruim” (BRAMBILLA, 2008)

Para esse debate é importante trazer também uma terminologia, restrita ao âmbito acadêmico no Brasil, mas amplamente debatida em Portugal: a Lusofonia.

Falar em Lusofonia é suscitar o debate desde o momento em que se busca sua definição até a sua função dentro dos países falantes da língua portuguesa.

Em Faraco (2012, p. 32), o autor refere-se à lexia Lusofonia como “um termo polissêmico”, ou seja, dotado de vários significados. Dentre os significados elencados no texto, temos algumas concepções, como: “[...] referência ao conjunto dos falantes de português mundo afora – diz-se, portanto da população lusófona”. Nesse trecho, vemos, e o próprio autor aponta, uma interpretação sem cunho político ou de valoração.

Uma outra acepção, já com um viés político evidenciado “[...] lusofonia é também o nome de diferentes projetos políticos, de diferentes planos estratégicos de geopolítica”. Ainda na busca de uma definição, temos “Lusofonia ocorre, por exemplo, como o nome de uma idealizada irmandade de sentimentos e tradições”. Todavia, a conceituação que talvez melhor responda a essa questão e esteja próxima ao ideal que se espera do termo é

[...] o projeto de congregar todos os países de língua portuguesa, mais a Galiza e as diversas diásporas de fala portuguesa, na construção de políticas linguísticas que permitam uma gestão coletiva da língua como vistas à sua promoção, seja no interior do bloco (em que ela é, na maioria dos países, minoritária, embora oficial), seja globalmente. (FARACO, 2012, p. 32)

Como visto, lusofonia não é um termo fácil de ser definido, não em virtude de significado, mas sim devido a sua aplicação, uma vez que os questionamentos surgem quando a pergunta central não apresenta, claramente, uma resposta: de quem é o interesse quando se fala em Lusofonia?

A ver pela origem do termo e pelo debate não só a nível acadêmico, mas público, Portugal desponta como o país com maior interesse nesse assunto. E é a partir desse interesse que se criam os maiores questionamentos, pois a associação de lusofonia

ao passado português, ao colonialismo português, culmina numa interpretação que remete, como defendem alguns autores – Eduardo Lourenço, Alfredo Margarido e José Manuel Pureza - a um projeto neocolonial / pós-colonial, com um formato e estratégias mais atuais, mas com “um imaginário da nostalgia imperial.” (apud FARACO, 2012, p.45)

Há teóricos que defendam um posicionamento diferente. O professor Moisés de Lemos de Martins (apud FARACO, 2012, p.46) opõe-se a essa interpretação de projeto neocolonialista e enxerga a lusofonia como um “espaço cultural compartilhado por países com uma base cultural comum (embora diversa), entendida como um imaginário de paisagens, tradições e língua [...] um inconsciente coletivo lusófono, um fundo mítico de que se alimentam sonhos.”

Analisando as duas perspectivas vemos que a relação entre língua, cultura e identidade se evidenciam em todas as possibilidades. Termos como irmandade, tradições e espaço cultural se relacionam aos aspectos de identidade e cultura.

Em essência, e sem analisar as intenções por detrás, a Lusofonia busca unir em um espaço todos os países de língua portuguesa, criando uma identidade, que se solidifica por meio da língua portuguesa e das relações históricas entre esses países. Entretanto, cultura e identidade, como vimos, são mutáveis, logo, todos esses países envolvidos não apresentam mais as mesmas características que outrora. Se quando da exploração portuguesa, cada colônia apresentava suas particularidades, suas culturas e identidades originárias, anos depois buscar um espaço identitário não nos parece possível, pois os traços culturais que os uniam já não são mais como eram, já se dissolveram.

Outra questão está na construção de identidade: ao construir um conceito identitário, como a Lusofonia, as relações não são iguais, ou seja, não se estabelecem em divisão a todas as partes. Não será uma criação que abarcará a todos os componentes do grupo, pois haverá uma seleção/disputa pela dominância, haverá disputa para definir quais são os traços que caracterizam um país lusófono, quais são os traços que afastam um país da lusofonia, por exemplo. Como os próprios conceitos de identidade, cultura e diferença “são resultados de um processo de produção simbólica e discursiva” (SILVA, 2014, p.81) a relação linguística entre o que é ser um lusófono partirá da assimetria e das relações de poder, porque

somos nós que fabricamos, no contexto cultural e social [a identidade e diferença]. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais [...] em estreita conexão com a relação de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2014, p.76 e 81)

3.2 ESCOPO

As relações entre Brasil e Portugal ganharam novas cores na atualidade agora por um novo motivo: o futebol.

O técnico português, Jorge Jesus, chegou ao Brasil para dirigir o Clube de Regatas Flamengo em 1 de julho de 2019. A partir desse momento, as relações, ou melhor, as rugas entre os dois países criaram vida e trouxeram em seu arcabouço questões há tempos adormecidas, questões essas que fogem às quatro linhas, ao gramado e a bola e evocam as relações históricas, identitárias e culturais.

Um texto publicado no portal online do jornal Folha de São Paulo, escrito por Mathias Alencastro, suscitou um texto em resposta escrito por Carlos Fino e publicado no portal Público.pt.

A fim de iniciarmos a análise, os dois textos serão aqui apresentados e chamados de TEXTO I (publicado na Folha de São Paulo) e TEXTO II (publicado no portal Público.pt).

3.2.1 texto I

“Flamenguistas devem aceitar que Jorge Jesus nunca superará complexo do padeiro

Ao contrário dos jogadores, técnicos passam por apuros quando atuam no exterior

Depois de uma performance apaixonada, Jorge Jesus celebrou o sonho flamenguista, o título de campeão da Libertadores, enrolado na bandeira portuguesa. Estranhamente, o novo herói nacional aproveitou a euforia coletiva para dobrar a aposta na guerra cultural.

Em entrevista a um canal de TV português depois da final em Lima, Jesus confidenciou que o Brasil, segundo ele às margens da globalização, desconfia do "nosso valor", numa provável referência ao suposto desprestígio dos portugueses em terras brasileiras.

Provável, porque, na semana passada, numa declaração histriônica que marcou a escalada da narrativa de um suposto embate entre brasileiros e portugueses, Jesus se referiu a uma passagem de "Os Lusíadas", de Luís de Camões, acerca da "inveja".

A sequência de polêmicas não é apenas absurda do ponto de vista literário. Quem teve a coragem de ler o entorpecente épico português sabe que Camões só mencionou o Brasil de passagem em seus 8.816 versos. Por isso, a declaração é também completamente gratuita, tendo em conta a realidade do mundo do futebol.

Ao contrário dos jogadores, muitas vezes adotados pelos seus novos países, os técnicos passam por apuros quando atuam no exterior.

Na França, muitos técnicos, do campeão italiano Carlo Ancelotti a Leonardo Jardim, compatriota de Jesus, sofreram horrores com os ultranacionalistas comentaristas esportivos locais. Os clubes alemães, com exceção do Bayern de Munique, são conhecidos por apostarem nas pratas da casa. Doze dos 18 técnicos da primeira divisão foram promovidos internamente.

Citado por Jesus como exemplo do bom acolhimento de brasileiros em Portugal, Luiz Felipe Scolari foi tratado com imenso carinho. Mas outros estrangeiros saíram em condições caóticas. E as manifestações antibrasileiras, embora raras, existem: numa tirada odiosa, José Mourinho sugeriu que Pepe, zagueiro alagoano naturalizado, deveria ter um melhor comportamento na seleção "por não ser português".

Talvez Jorge Jesus tenha transformado uma dificuldade comum a todos os técnicos que se aventuram fora de casa em um conflito de civilizações porque ele é um personagem de outro tempo. Num passado nem assim tão distante, Portugal presenteou a sua geração com um verdadeiro caminho de pedras.

Em 1972, quando Jesus completou 18 anos, o Estado Novo estava sendo devorado por uma luta obsoleta pelas suas colônias, e os jovens tinham de escolher entre uma carreira de pau para toda obra no mato africano ou na periferia das cidades europeias.

Jesus tinha razões para ficar preocupado até o último minuto do jogo contra o River Plate: ele nunca foi um cara de sorte.

A globalização na marra deixou marcas profundas nos contemporâneos de Jesus. Defensivos por natureza, eles têm dificuldade em entender que, hoje, o português é visto como um cidadão europeu pleno, culto, dinâmico e empreendedor, com total legitimidade para assumir grandes cargos internacionais.

Para a lua de mel continuar, os torcedores devem aceitar que Jorge Jesus nunca vai superar o complexo do padeiro.

3.2.2 texto II

“Jesus e a raiz portuguesa do Brasil

Não haja ilusões: por mais que o triunfo de alguns portugueses notáveis contenha e atenuem o preconceito antilusitano no Brasil, este não desaparecerá facilmente.

O súbito e inesperado triunfo de Jorge Jesus no Brasil à frente do Flamengo trouxe de novo para a atualidade – com o imenso impacto mediático de que só o chamado desporto-rei desfruta no “país do futebol” – a sempre polêmica e ambígua questão do relacionamento bilateral.

Afinal, num país em que ainda persiste difusa a ideia do “português burro” – cultivada no anedotário desde finais do século XIX como forma de combater a concorrência dos imigrantes lusos no mercado de trabalho –, aí está o brilhante sucesso de um “portuga” para a desmentir em toda a linha: ainda por cima num domínio para o qual o Brasil se considera particularmente vocacionado e vive com paixão inaudita.

Um técnico português dirigindo com êxito excepcional um dos maiores clubes brasileiros – com uma “torcida” que ultrapassa os 40 milhões de adeptos, um quinto da população do país! – dá que pensar a muita gente, dentro e fora do futebol. Um colunista da Folha de São Paulo acusou mesmo o toque, escrevendo com acinte que “Jesus nunca superará complexo do padeiro”... Caso para perguntar se os brasileiros conseguirão um dia superar o complexo de colonizados.

Seja como for, a verdade é que, desafiando o antigo preconceito num terreno de comprovada excelência brasileira, a consagração de Jesus fez mais, em poucos meses, pela diluição da imagem negativa dos portugueses do que anos e anos de porfiados esforços diplomáticos e outros traduzidos em múltiplas iniciativas que, por mais meritorias que sejam, nunca obtêm a mesma repercussão.

Mas não haja ilusões: por mais que o triunfo de alguns portugueses notáveis – hoje Jesus no desporto, ontem autores de renome na literatura, com destaque para Pessoa e Saramago – contenha e atenua o preconceito antilusitano, este não desaparecerá facilmente. Os brasileiros podem até apreciar o Portugal contemporâneo, para onde muitos vêm emigrando em busca de trabalho, segurança e tolerância, mas isso não elimina um sentimento de rejeição do passado colonial português, que está na própria origem da nacionalidade e foi persistentemente cultivado desde a independência, prolongando-se, com maior ou menor intensidade, até aos nossos dias.

Durante e depois do corte com Portugal, colocados perante a necessidade imperiosa de construir uma nação até aí inexistente, os portugueses do Brasil, com o príncipe herdeiro D. Pedro e o “patriarca da independência” José Bonifácio à cabeça, alimentaram a narrativa do colonizado vítima do colonizador que se libertava, enfim, das correntes da opressão lusa. Logo eles, um nascido em Lisboa em berço de ouro e outro que estudara e passara a maior parte da vida em Portugal, lutara por Portugal contra os franceses e a si mesmo se considerava “bom vassalo e bom português” (Varela, 2006)!

A identificação com Portugal e com a nação portuguesa era tão grande que – dada a ausência de tradição cultural própria – “a única forma de definir o brasileiro era pelo que o termo excluía”. E naquela conjuntura (...) nenhuma ideia se oferecia com maior facilidade para exercer esse papel do que a do português, assim transformado no

outro, no estrangeiro do qual a nova nação se queria distinguir (Ferreira & Neves, 2000, p. 228).

Nesse momento, os portugueses da América, em vias de se transformarem em brasileiros, cindiram-se em duas correntes – uma lusófoba, outra lusófila – que irão permanecer ativas de então para cá, tornando assim profundamente ambivalente a atitude do Brasil em relação a Portugal. Por um lado, hostilidade; por outro, portas abertas à imigração portuguesa – considerada a mais adequada – e concessão aos portugueses de alguns privilégios, a começar pela atribuição da cidadania originária aos já residentes no momento da Independência – num reconhecimento implícito de que a nação fora até aí a mesma.

Tudo se agravou, entretanto, com a instauração da República, em 1889, quando a lusofobia, alimentada pela corrente jacobina, virou hegemónica e a herança lusa – que a Monarquia de alguma forma preservava e estimava – se tornou, aos olhos de muitos, num “pesado fardo” do qual o Brasil teria de se desfazer para poder progredir.

Em finais do século XIX, atizado pelo desagrado com a vinda em massa de imigrantes lusos, o confronto com os portugueses acentua-se e o antilusitanismo atinge o auge, num movimento que chegaria ao ódio e se consolidou, no plano simbólico, já no começo do século XX, com a Semana de Arte Moderna de São Paulo (1922), em que pela primeira vez o Brasil mental se propôs construir a imagem de si próprio sem referência a Portugal. No processo de elaboração da identidade nacional brasileira passam então a ser valorizadas todas as outras raízes que não a portuguesa: a indígena, a africana, a europeia de diferentes proveniências, a sírio-libanesa, a japonesa... Quanto ao português, passou a ser sistematicamente desvalorizado e até esquecido, a ponto de hoje muitos brasileiros não associarem sequer a língua que falam com o país que somos.

Contra Gilberto Freyre, que nos anos 30 ainda exaltou O Mundo que o Português criou, toda uma tradição académica de inspiração weberiana e marxista, consolidada nos anos 50 a partir da Universidade de São Paulo, com destaque para Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil, acabou por consolidar a imagem negativa da herança lusa, responsabilizada por tudo o que há de mau no país – da destruição da mata atlântica à burocracia e à corrupção, passando pelo genocídio dos índios e pela escravidão.

Apesar das contradições assinaladas, a visão negativa do passado colonial, cultivada ad nauseam no ensino – de onde os jovens saem com uma péssima imagem de Portugal – e nos media, acabou por se impor, penetrando o senso comum; a ponto de se ter tornado inconsciente e não ser sequer problematizada, ainda que os seus efeitos negativos na própria identidade sejam manifestos. É o contraponto brasileiro do desinteresse português pela sua própria história no Brasil, o que leva a um virar de costas mútuo que o natural desenvolvimento das relações bilaterais não chega a pôr em causa.

É neste pano de fundo que se insere o triunfo de Jesus no Brasil. Devemos naturalmente saudá-lo; mas sem ilusões de que tais êxitos isolados e esporádicos – por mais impacto que tenham – consigam fazer o que as pacientes diligências diplomáticas também não alcançam: vencer o estranhamento que se instalou entre os dois países ao longo dos últimos dois séculos. Para isso, outras condições seriam necessárias – um interesse que não se vê, um debate que não se trava, uma estratégia que não há, uma persistência que falta e – the last but not the least – uma presença mediática lusa no Brasil, hoje praticamente inexistente. Mudará tudo isto um dia? “

3.3 ANÁLISE

A leitura dos dois textos nos proporciona a compreensão de como as temáticas que relacionam Brasil e Portugal, sejam elas quais forem, têm como conclusão um debate que, invariavelmente, confrontará as relações históricas, o colonialismo português e a relação que se deu entre os dois países a partir disso. O futebol foi apenas pano de fundo para abordagens que trouxeram questões históricas, apontamentos sobre traços identitários nas e das duas nações e opiniões dos escritores.

Para iniciarmos a análise começaremos pelos títulos dos textos. Com base em Charaudeau, que aponta “os títulos (que podem ser considerados um gênero, na medida em que são objetos de regularidades textuais sob o controle de uma instância

de enunciação)” (2018, p.236), observamos que tanto o título do TEXTO I “Flamenguistas devem aceitar que Jorge Jesus nunca superará o complexo do padeiro” quanto do TEXTO II “Jesus e a raiz portuguesa do Brasil” evidenciam traços culturais e identitários.

No TEXTO I a expressão *complexo de padeiro* é um conceito brasileiro e apresenta um olhar depreciativo em relação aos portugueses que imigraram para o Brasil. Essa associação está conectada a um argumento de senso comum que apregoa que muitas padarias, em tempos passados, tinham portugueses como donos, como padeiros. Já no TEXTO II a expressão *a raiz portuguesa do Brasil* reforça a concepção de que o Brasil tem suas origens ligadas a Portugal. A princípio, não há qualquer problema, pois temos aí uma relação histórica verídica, entretanto a escolha pela palavra *raiz* confere um aspecto de base/estrutura, remetendo a uma ideia de cunho colonial difundida: de que o Brasil só é, pois Portugal foi quem o “descobriu”.

Ambos os títulos já demonstram esse espaço de disputa pela identidade, uma vez que as diferenças aqui: não ser padeiro x ser padeiro e ser colonizador x ser colonizado mostram a relação de poder existente na tentativa da afirmação das identidades, pois ser padeiro é a posição inferior, de desprestígio, assim como ser colonizado é também uma posição de inferioridade.

Conforme Silva

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer ‘o que somos’ significa dizer ‘o que não somos’. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluindo e sobre quem está excluído. [...] A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre ‘nós’ e ‘eles’. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. (2014, p. 82)

No TEXTO II, na linha fina que segue o título, há duas expressões que se destacam: *não haja ilusões* e *preconceito antilusitano*. A primeira expressão é facilmente associada à variedade do português falada em Portugal, pois não é utilizada com frequência no Brasil, uma vez que se preferiria a substituição do verbo *haver* pelo verbo *ter* (*Não tenham ilusões*). Ainda nesse ponto de preferências estruturais ou de vocábulos, outras expressões/palavras presentes no TEXTO II que marcam características da variedade do português falado em Portugal são: no primeiro

parágrafo, *desporto-rei*; no terceiro parágrafo, *dá que pensar*; no terceiro parágrafo, *acusou mesmo o toque*.

No TEXTO I as palavras/expressões associadas à variedade do português falado no Brasil são: no oitavo parágrafo, *caminho de pedras*; no nono parágrafo, *pau para toda obra*; no décimo primeiro parágrafo, *na marra*.

As expressões apontadas reforçam a ideia de que a língua é um expoente cultural de um povo, uma vez que seus usos particularizam e singularizam a fala de uma nação. Ainda que os textos selecionados sejam facilmente lidos tanto por brasileiros quanto por portugueses, o emprego dessas expressões idiomáticas confere identidade ao texto (texto brasileiro x texto português).

Retomando a segunda expressão encontrada no TEXTO II (*preconceito lusitano*) observamos uma equivalência no TEXTO I, ao final do segundo parágrafo: *suposto desprestígio dos portugueses em terras brasileiras*.

Quando analisamos os dois trechos, percebemos que as diferentes visões de mundo, “as lentes diversas [que causam] visões desencontradas das coisas” (BENEDICT apud LARAIA, 2018, p.67) são encontradas aqui. O TEXTO I utiliza o adjetivo *suposto* e uma expressão branda: *desprestígio* para se referir ao incomodo do técnico Jorge Jesus externado na entrevista. Essa construção frásica desvaloriza a fala do técnico do Flamengo, pois não confirma a existência desse desprestígio, desvalorizando a palavra emitida. (CHARAUDEAU, 2018, p.49) Entretanto o TEXTO II tratará dessa questão utilizando a expressão: *preconceito antilusitano*. Quando analisamos a carga semântica de cada expressão, percebemos que a forma com que foi dita no TEXTO II (o texto de Portugal) é muito forte, impactante, pois *preconceito* é, em aspectos semânticos, mais intensivo do que *desprestígio*.

A expressão *antilusitano* é um reforço da identidade portuguesa e caracteriza o tipo de preconceito existente no Brasil e apontado no texto: o contra portugueses, o contra a cultura e a identidade portuguesas. Isso confere à identidade brasileira o traço, ao menos da visão portuguesa, do preconceito.

No TEXTO I, no final do primeiro parágrafo, aparece a expressão *guerra cultural*. No TEXTO II, no final do primeiro parágrafo, a expressão é: *polémica e ambígua questão do relacionamento bilateral*. Na comparação entre as duas expressões, temos duas concepções distintas da mesma situação: de um lado, uma expressão que traz o conceito bélico, ou seja, uma escolha vocabular que remete ao conflito, criando a ideia de que existe uma disputa por espaço da identidade e da cultura.

Do outro lado, no TEXTO II, uma construção que denota uma relação entre Brasil e Portugal que ora é positiva, ora é negativa, ora é aceita, ora é rechaçada, sem grandes valores implícitos.

Vale destacar aqui outros momentos no TEXTO I em que a escolha por vocábulos da esfera bélica acontece: no terceiro parágrafo, a expressão *embate entre brasileiros e portugueses* e no oitavo parágrafo, a expressão *conflito de civilizações*. Essa aproximação entre a relação Brasil-Portugal e o vocabulário de guerra denota que a identidade brasileira encara a relação com Portugal como uma constante disputa de poder, como se houvesse ainda um embate pela independência, pela consolidação de uma cultura e identidade verdadeiramente brasileiras. Gilvan Müller de Oliveira e Clara Dornelles (2007) trazem o termo “complexo de colônia” quando mencionam a inação do Brasil em possíveis ações linguísticas que evidenciariam seu protagonismo na língua portuguesa. Podemos aqui ampliar essa expressão para *pensamento de ex-colônia*, pois está relacionada à ideia de sempre ter que enfrentar o ex-colonizador numa disputa pela própria identidade, autonomia e independência.

As escolhas lexicais, como afirma Charaudeau (2018, p. 47-49), são fundamentais nas construções das representações, ou seja, as palavras selecionadas para compor o texto carregam mais do que os próprios significados, carregam o efeito de sentido que se quer causar.

No segundo parágrafo do TEXTO II, há uma passagem em que o autor do texto cita um trecho de uma fala de Jorge Jesus: “*nosso valor*”. Essa construção é bastante característica e significativa em se tratando da construção/confirmação de uma identidade. Como vimos anteriormente, a identidade e a diferença se necessitam mutuamente para serem construídas e possuírem valor. Esse princípio identitário “parte desse processo de classificação da vida central na vida social. Ele pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes.”, (SILVA, 2014, p.82) em *nós* e *eles*. Essa divisão traz em seu bojo privilégios e “hierarquização das identidades e diferenças” (SILVA, 2014, p.83).

No momento em que categorizamos ou classificamos a identidade em *nós* e *eles*, automaticamente, criamos o conceito de padrão e não-padrão, de normal e não-normal, pois é dessa relação de oposições que surgem os conceitos identitários. Logo, quando o técnico do flamengo faz uso dessa separação em seu discurso está, por

consequente, criando duas identidades: a portuguesa (padrão) e uma não portuguesa (no caso, brasileira).

No TEXTO II, no primeiro parágrafo, a expressão *país do futebol* é associada e atribuí um traço cultural ao Brasil também à identidade brasileira (todo brasileiro gosta ou joga futebol). Aqui o conceito de cultura e identidade imutáveis se evidencia, pois o Brasil é marcado mundialmente por todo o seu destaque no esporte. Todavia como vimos, esse conceito da imutabilidade da cultura e da identidade não fazem mais parte do mundo atual, pois os dois conceitos passam por diversas mudanças, como incorporação de costumes vindos de outras culturas. Se analisarmos o retrospecto brasileiro no esporte, o país deixou de ser o *país do futebol* (pensando em resultados e destaque no cenário global) bem como passou a ser o país de outros esportes, com destaque mundial em outras modalidades, como o voleibol, por exemplo, além de ter um grande número de espectadores e ser grande audiência em eventos esportivos antes pertencentes somente a outras culturas, como o Basquete e do Futebol Americano (difusão).

Ainda no TEXTO II, agora no segundo parágrafo, a expressão *português burro* é logo contraposta pela frase “*aí está o brilhante sucesso de um ‘portuga’ para desmentir toda a linha*”. Nessa sequência de frases é perceptível que a identidade brasileira se autoavalia como inteligente em oposição a avaliação que faz da identidade portuguesa (nós somos inteligentes x eles não são inteligentes), já a visão portuguesa é oposta, pois essa concepção brasileira está motivada pela disputa por empregos no início do século XIX (brasileiros x portugueses). O uso do termo “*portuga*” é também uma demonstração da transformação das identidades, pois essa é uma expressão utilizada pelos brasileiros para se referirem aos portugueses. No momento em que um português a utiliza e fala, na sequência, sobre se destacar em uma atividade que os brasileiros acham que possuem vocação, a mensagem que se transmite é a de que os papéis se inverteram, as características – inteligência e vocação para o futebol - estão agora no lado da identidade portuguesa, e os traços que antes pertenciam à identidade portuguesa – falta de inteligência e sem vocação para o futebol – estão do lado brasileiro. Isso posto, válida a ideia de que as culturais e identidades estão em constante mudança.

Um aspecto que aparece mencionado nos dois textos é: o complexo identitário. No TEXTO II, no final do terceiro parágrafo, é mencionada a expressão *complexo de colonizados*, com o valor de que os brasileiros nutrem algum sentimento ruim por

Portugal e pelos portugueses devido ao processo de colonização exploratória pelo qual passou o Brasil sob domínio português. No texto em questão, esse termo aparece na construção de uma frase que vem como resposta ao título do TEXTO I: “[...] os brasileiros conseguirão um dia superar o complexo de colonizados” Da perspectiva lusitana, essa questão histórica é o que motiva o sentimento negativo dos brasileiros para com os portugueses.

No TEXTO I, no décimo primeiro parágrafo, o que se vê é a menção ao complexo que Portugal carrega sobre sua identidade em relação ao pertencimento à Europa. Nos dois casos, temos os conceitos de identidades cingidos às perspectivas maiores. Ambos os países, quando analisados do prisma do outro, são categorizados como complexados, como se os reais motivos de suas posturas fossem a não superação de suas limitações/ real visão sobre si (Brasil não supera o colonialismo português, logo, não supera seu complexo de colonizado; Portugal não supera seu trauma por não ser considerado um país de identidade europeia, logo, não conseguem aceitar sua nova realidade).

O último aspecto analisado é a contextualização histórica presente nos dois textos. O TEXTO I é bastante sucinto: faz menção ao Estado Novo português, em específico, ao ano de 1972, ano em que Jorge Jesus completou 18 anos. Cita como eram as condições daquele período e caracteriza a luta pelas colônias como *obsoleta*, ou seja, ultrapassada, sem motivos. O TEXTO II traz um resumo dos fatos que explicariam quando e onde surgiu o sentimento chamado no texto de *lusofobia* (aversão a portugueses e a Portugal). O texto também menciona questão cultural e identitária quando cita Ferreira & Neves (2000) falando sobre a questão da construção da identidade a partir da diferença, é dizer, a primeira identidade do que era ser brasileiro foi concebida com base no que não era ser português.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Língua, cultura e identidade são conceitos interligados e inerentes, pois quando pensamos na cultura de um povo, por exemplo, logo imaginamos, conjuntamente aos seus hábitos, costumes, gastronomia e a língua como um dos, ou até mesmo, o traço mais expressivo dessa cultura. Ademais dessa relação, os três conceitos apresentam outras semelhanças: não são fixos, não são unificados e não são permanentes, uma vez que a transformação de um implica mudanças aos outros conceitos.

A cultura, como dito anteriormente, é agente nesse contexto, pois é com base nela que as identidades se criam, se moldam e se transformam. Como aponta Silva "a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade [...]" (2014, p.19)

A identidade, por sua vez, é a categorização discursiva, é a diferença construindo as definições de quem somos e de quem não somos. É na relação com a linguagem que

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. (SILVA, 2014, p.40)

Observamos que construir e constatar traços característicos de uma nação por meio da forma como os indivíduos pertencentes a ela se comunicam é possível, pois os traços identitários que um país apresenta de si ou de outro país são evidenciados na fala, na afirmação de quem somos nós e de quem são eles, na afirmação daquilo que não somos nós e do que não são eles, pois a língua opera como mecanismo concretizador da visão de mundo, como mecanismo materializador da cultura e da identidade.

Quando comparamos os dois textos que compõem o escopo do nosso trabalho, trazemos duas interpretações distintas da realidade e vemos que a construção da identidade está também atrelada a esse conceito de como a realidade é enxergada.

Ainda que um país traga traços identitários conhecidos e assimilados por muitos outros países, cada nação terá uma construção específica sobre a identidade de cada país.

Portugal, por exemplo, embora recorra às características culturais facilmente assimiladas ao Brasil (o futebol, o país do futebol), traz também características particulares que só os portugueses atribuirão aos brasileiros, como é o caso do preconceito (preconceito antilusitano). O preconceito com os portugueses e Portugal não um traço identitário associado de imediato ao Brasil, mas construído, da concepção portuguesa, na relação histórica entre os dois países. A mesma situação acontece quando o brasileiro associa o “ser burro” aos portugueses. Esse traço é criado a partir da mesma relação histórica. Dessa forma, a identidade de uma nação é também construída nas relações históricas que são estabelecidas entre um povo e outro.

A língua é um dos recursos que constrói a identidade de um povo e o diferencia de outro. Comparar dois textos de duas variedades da língua portuguesa nos possibilita perceber, apenas pela forma como foram escritos, qual pertence ao Brasil e qual pertence à Portugal. Ademais das estruturas gramáticas (na variedade brasileira a preferência pelo uso do gerúndio *estou indo* e na variedade portuguesa, pelo infinitivo *estou a ir*), ou do léxico específico (no Brasil, sorvete, em Portugal, gelado) que conferem identidade ao texto, quando falamos de duas variedades do mesmo idioma, a escolha por termos comuns às duas línguas e sua carga semântica são ainda mais reveladores.

Nos textos analisados, por exemplo, o artigo brasileiro opta pelo termo desprestígio enquanto o português utiliza preconceito. As duas lexias existem nas duas variedades e são utilizadas em ambos os países, logo, o que se configura aqui é uma escolha pela intensidade transmitida, sendo desprestígio um termo mais brando que não atribui juízo de valor. Já a opção por preconceito é indicativa de um vocábulo mais impactante, com um posicionamento crítico negativo. Essas escolhas não foram acidentais, elas demonstram como as duas culturas vêm a mesma situação: uma de forma crítica, outra de forma branda.

Cada cultura carrega suas crenças, seus hábitos e suas visões de mundo, entretanto isso não impede que a difusão traga um novo hábito, um novo olhar para o mundo. Nesse cenário de visões e interpretações da realidade, a mídia aparece como responsável por divulgar e difundir aspectos e traços identitários individuais ou de uma nação, seja com o intuito de transforma/moldar ou criar identidades explicitamente, seja com o intuito de promover alguma mudança não explícita.

A mídia é responsável pelo que consumimos, pelo que assistimos, lemos, somos e, até mesmo, como enxergamos as demais nações, pois "em momentos particulares, as promoções de marketing podem construir novas identidades como, por exemplo 'novo homem' das décadas de 1980 e de 1990, identidades das quais podemos nos apropriar e que podemos reconstruir para nosso uso. (SILVA, 2014, p.18)

É dessa relação entre mídia, cultural, língua e identidade que o indivíduo ou nação se identifica, representa-se e é representada, constrói-se e constrói visões e o próprio mundo.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Mathias. **Flamenguistas devem aceitar que Jorge Jesus nunca superará complexo do padeiro**. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mathias-alencastro/2019/11/flamenguistas-devem-aceitar-que-jorge-jesus-nunca-superara-complexo-do-padeiro.shtml>> Acesso em: 19 dez. 2019

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247021/mod_resource/content/1/Benedict%20Anderson.pdf> Acesso em: 20 fev. 2020

BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecch**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRAMBILLA, Fernanda. Saramago critica nova ortografia: “vão transformar o português em húngaro”. Uol Educação, São Paulo, 28 nov. 2008. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/ultnot/2008/11/28/ult105u7346.jhtm>> Acesso em: 19 set. 2019

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2018.

FARACO, CA. **Lusofonia: utopia ou quimera?** Língua, história e política. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 31-50. ISBN 978-85-232-1230-8. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 30 ago. 2019

FINO, Carlos. **Jesus e a raiz portuguesa do Brasil**. Público, Portugal, 05 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/12/05/desporto/opiniaio/jesus-raiz-portuguesa-brasil-1896012>> Acesso em: 19 dez. 2019

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. 29.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI**. Trab. linguist. apl. Campinas, v. 52, n. 2, p. 409-433, Dec. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132013000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2019 <https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000200010>.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; DORNELLES, Clara. **Políticas internacionais del portugués**. 2007. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_es/contenido!/ut/p/a1/04_Sj9C Pykssy0xPLMnMz0vMAfGjzOKNQ1zcA73dDQ38_YKNDRwtfN1cnf2cDf1DjfULsh0V Aepxmvs!/?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/Elcano_es/Zonas_es/ARI135-2007> Acesso em: 18 fev. 2020

PIRES, Regina; BASTOS, Neusa. **Língua portuguesa e ensino: lusofonia em perspectiva historiográfica**. 2017. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/320411260_LINGUA_PORTUGUESA_E_ENSINO_LUSOFONIA_EM_PERSPECTIVA_HISTORIOGRAFICA>. Acesso em: 30 ago. 2019. 10.1285/i9788883051272p677.

SANTOS, Ivonete da Silva. **Identidade linguística brasileira em contato com o europeu: a variação léxico-cultural**. Dissertação de mestrado em Estudos da Linguagem, UFG, 2018.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

VALADARES, Flavio Biasutti. **Variação e mudança linguística: uma análise da ampliação semântica de estrangeirismos no português brasileiro**. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 11, n. 4, p. 403-414, dez. 2014. ISSN 1984-8412. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2014v11n4p403>>. Acesso em: 30 ago. 2019. doi: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2014v11n4p403>.